

Lilian Amaral | Rosana Schwartz
(Organizadoras)

ENTRE TERRITÓRIOS E REDES

ARTE, MEMÓRIAS, CIDADES

Um projeto de cidade na cidade

Euler Sandeville Jr.¹⁴¹

(Instituto da Paisagem – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Nossa primeira ideia: é preciso mudar o mundo.¹⁴²

(DEBORD, 1999)

O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) é um instrumento inovador concebido no diálogo entre a Universidade e movimentos sociais, reconhecido no Plano Diretor (PDE) de 2014. Se me perguntam qual a melhor forma de definir esse instrumento, é necessário entender que, além de ser um projeto para a cidade, antes de mais nada trata-se de um projeto de cidade. Um projeto de cidade? Sim, através de processos colaborativos, cooperativos, solidários. Pelo menos essa é nossa ideia e motivação.

Espero que este capítulo, a seu termo, permita valorizar não só a potência do instrumento, mas a potência da cidade em sua perspectiva colaborativa, de modo que permita também perceber e entender que não é a lei que cria o TICP, nem a tutela de qualquer poder público ou apropriação privada dos significados comuns que define o que estamos buscando, é a experiência viva da cidade que o faz, e o coloca como possibilidade na lei. Nenhuma ferramenta tem significado em si mesma, mas pelo uso que lhe atribuímos. Não é na ferramenta que está o significado nem o valor, mas em nossos atos e motivações, nas razões pelas quais escolhemos, ou não, agir do modo como agimos.

Este texto foi escrito com alguns objetivos.

1. Primeiro, apresentar a fundamentação e o ideário que leva à constituição do instrumento no Plano Diretor e que atravessa as nossas práticas no Território Jaraguá-Perus-Anhanguera, bem como nossas interfaces com outros movimentos e regiões da cidade. Isso é fundamental para que se entenda a abrangência pretendida em sua concepção, inclusive sua abrangência territorial enquanto projeto de cidade na cidade.
2. Segundo, ao revisitar alguns aspectos de sua concepção, a intenção é trazer fundamentos conceituais implicados nos termos que definem o instrumento, polissêmicos e que podem e têm gerado entendimentos que por vezes reduzem sua potência inovadora

¹⁴¹ <http://biosphera21.net.br>

¹⁴² Com essa afirmação, Guy Debord abre o Relatório sobre a “Construção de Situações...”. O Relatório foi apresentado na conferência de Corsio d'Arroscia, julho de 1957, na fundação da Internacional Situacionista. Pudéssemos nós fazer relatórios assim. O que nos impede? Até onde a padronização das atividades acadêmicas, enquanto prática e forma, e portanto linguagem (que é pensamento), é uma padronização do pensamento e da capacidade indagativa e propositiva?

e ideário, ainda que esse esteja relativamente salvaguardado no texto da lei e, sobretudo, na prática que temos desenvolvido na região Noroeste do município de São Paulo desde 2011, convergindo no TICP a partir de 2014.

3. Terceiro, evidenciar que a proposição do TICP decorreu de um entendimento das estruturas sócio-urbano-ambientais da cidade, para as quais o instrumento estabelece uma conexão, em seu sentido antropológico e institucional, entre educação, cultura e ambiente (e saúde), visando geração de renda, produção local e regional de conhecimento e intercâmbio, nesses termos, com outros TICPs. Desde o início, como veremos, pensou-se que seriam necessários alguns protótipos na cidade para um pleno desenvolvimento da proposta, a partir de seu potencial como experiência educativa e solidária a partir desse tripé/quadrupé ambiente-educação-cultura-saúde (a paisagem, o território) reconhecido na lei.

Em sua concepção, os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) visam estabelecer a conexão entre múltiplas territorialidades e dinâmicas urbanas, culturais, históricas e ambientais, dimensões estéticas da experiência e da paisagem e valores éticos e de participação, caminhando na direção de um novo conceito de cidade educativa baseado na percepção de que a cidade é, por definição, educativa. Portanto, o que nos compete e desafia é (re)qualificar essa dimensão do urbano a partir de processos solidários, da produção de conhecimento, geração de renda, desenvolvimento local. Isso já seria suficiente para indicar a potência pretendida para o instrumento, a partir de suas práticas – potência essa que só se realiza em seus fundamentos colaborativos, ou será mais do mesmo.

Em uma cidade onde o individualismo e a competição parecem ser valores determinantes, na qual os termos e valores são *dessignificados* para se tornar ilustrados e palatáveis ao consumo, a projetos personalistas ou marcas institucionais, um projeto de cidade fundado nessas características que apresentamos anteriormente não é apenas potente, é absolutamente necessário, ainda que não seja simples. Somente a partir dessa base indicada é que julgamos válido aprofundar as implicações conceituais e operacionais e as imensas possibilidades de experiência da cidade, de desenvolvimento local e de cooperação que são assim são abertas.

A paisagem (MENEZES, 2002; SANDEVILLE JR., 2004, 2005, 2011, 2012, 2017) é ela mesma um processo educativo decorrente dos processos de construção social do espaço em sua transformação da natureza e a partir de relações de produção e interpessoais, inclusive conflitivas. O que significa dizer que permanece em processo, em devir tanto quanto em memória, sujeita às ações, experiências, construções de valores e

decisões nesse contínuo temporal. Nesse sentido, a paisagem é tanto forma como é cultura, em seu sentido antropológico, na interação entre o trabalho e os valores humanos e a transformação da natureza e do trabalho de gerações precedentes. É tanto construção social como é vivência, no que se realizam processos de identificação, estranhamento, afetos, desejos e racionalizações na produção e transformação de sua morfologia e significados.

Uma paisagem é uma realidade relacional em todos os sentidos. Não é um sistema de objetos ou recortes temáticos, embora frequentemente seja representada nessa perspectiva ou mesmo na de sua percepção visual mais imediata. No entanto, é necessário ultrapassar o imediato da percepção e do pensamento analítico e compreender que, se essa é sua compreensão mais difundida, somente o é em decorrência de processos longos e complexos e de decisões inscritos em sua fisionomia, por demais relevantes em nossa experiência de mundo. Paisagens são construções sociais na interação transgeracional do trabalho humano, sua cultura e valores, com a natureza, de onde emergem configurações e conformações (SANDEVILLE JR., 2005; MAGNOLI, 1994) de longa duração e outras efêmeras, em um contínuo processo no tempo. Nas paisagens vivenciamos e partilhamos, mesmo quando não nos damos conta, nossas experiências, relações e projetos, e nos constituímos como sujeitos e cidadãos sempre entre outros, com a possibilidade do melhor ou do pior como nossas metas interpessoais. A paisagem não é de um ou de outro, de ativistas ou conservadores, de ricos ou pobres, de *clusters* ou de dispersão e, embora seja profundamente desigual, é um espaço comum em seu destino.

É necessário, portanto, qualificar essa experiência na paisagem e na sua transformação. Essa condição lhe confere tanto a perspectiva de continuidade espaço-temporal como a de fragmentação identitária, de projetos peculiares, que se sobrepõem em camadas, ora se somando, ora se contradizendo, ora cooperando, ora conflitando e se opondo. Mas não deixa de ser, jamais, um espaço comum, ainda quando não seja percebido assim e ainda que seja exacerbadamente desigual. A paisagem é a interação resultante e em processo do nosso trabalho, dos nossos desejos e valores, das nossas técnicas na transformação da natureza; a construção do espaço humano reconfigurando o espaço natural, com frequência escandalosa, como se vê, de modo irracional e desleal com o sentido comum desse espaço vital.

Esse entendimento da paisagem como história e processo, como natureza e sociedade, mas também como nossa condição de experiência no mundo e, portanto, vivência e significação, convida a sensibilidade, a ética e o conhecimento, os saberes locais e acadêmicos, para gerar nessa interação um novo conhecimento e capacidade de ação.

No processo de construção do TICP, tanto no processo em que se configura enquanto instrumento no Plano Diretor como nas práticas que lhe deram origem e agora são continuadas no Território Jaraguá-Perus-Anhanguera e nas propostas de cooperação com outros territórios, houve um núcleo de experiências transgeracionais que proporcionaram o encontro necessário para o desenvolvimento e continuidade desses trabalhos.

Até o pensamento, até a invenção, são realizações coletivas, produtos do passado e do presente. Milhares de inventores prepararam a invenção de cada uma dessas máquinas, nas quais admira o homem seu gênio. Milhares de escritores, poetas e sábios têm trabalhado para elaborar o saber, extinguir o erro e criar essa atmosfera de pensamento científico, sem a qual não havia podido aparecer nenhuma das maravilhas de nosso século. Porém esses milhares de filósofos, poetas, sábios e inventores, não foram também inspirados pelo trabalho dos séculos anteriores? Não foram durante sua vida alimentados e sustentados assim no físico como no moral por legiões de trabalhadores e artesãos de todas as classes? Não adquiriram sua força impulsiva no que lhes rodeava? (KROPOTKIN, 2006, p. 9)¹⁴³

No caso do Território Jaraguá-Perus-Anhanguera, fizeram-se presentes várias camadas de tempos e memórias, de saberes locais e acadêmicos, de lutas por justiça e por transformação social. O ideário de resistência não violenta dos Queixadas (PINTO, 1992), que se desdobrava na região em outros movimentos, como nas Comunidades Eclesiais de Base, legou uma forte preocupação com a educação como fator de formação e desenvolvimento, uma consciência ecológica forjada no forno da Fábrica de Cimento Perus e na luta contra os danos para a saúde da população, causados pela Fábrica e pelo Aterro Sanitário Bandeirantes. É devedor também de outras comunidades, com extraordinários aportes à nossa cultura e valores, como as comunidades guarani do Jaraguá (GODOY BUENO, 2020) ou as lutas periféricas pela educação e saúde. Nessas lutas pela qualidade de vida e desenvolvimento local, formaram-se novas gerações de professores, coletivos de cultura e movimentos sociais. Da Universidade, o acúmulo de saberes advindos da antropologia, do patrimônio, da história, da urbanização, do ambiente e outros tantos fornecia um acervo potente para um diálogo com os saberes, memórias e histórias da região.

¹⁴³ *Conquista do Pão*, de onde extraí o trecho, foi escrito pelo anarquista Piotr Kropotkin em artigos da década de 1880 e em livro em 1892 com prefácio do geógrafo Élisée Reclus. Aqui não me interessa a discussão mais ampla das ideias políticas, mas a percepção da interdependência entre o trabalho de gerações e de contemporâneos, percepção que pode ser conduzida para a exploração dos semelhantes ou para a cooperação na construção qualitativa do ambiente comum.

Como se deu concretamente essa convergência de saberes, práticas, ideários, expectativas, conhecimentos longamente forjados na história de vida de cada um de nós? O encontro do ideário de resistência não violenta dos Queixadas, batizado por eles de Firmeza Permanente, através de novas gerações de coletivos como a Quilombaque, o Coruja e outros grupos de professores e moradores, com o ideário do Núcleo de Estudos da Paisagem¹⁴⁴ da FAU-USP, baseado na proposição da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento¹⁴⁵ e na conceituação da paisagem como experiências partilhadas e como construção social na transformação do ambiente comum (SANDEVILLE JR., 2011), gerou um projeto de construção de conhecimento que já não era mais apenas a troca ou encontro de saberes, mas a construção de um novo saber sobre a cidade e sua transformação, que logo se revelou potente. A esse processo chamamos Universidade Livre e Colaborativa (SANDEVILLE JR., 2018; SANDEVILLE JR., FERNANDES, BORTOTO, 2016).



Figura 1 - Imagem que resume vários aspectos da concepção dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP). À direita, atividades da Universidade Livre e Colaborativa.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://biosphera21.net.br/5-USP.html>

¹⁴⁵ Disponível em: <http://biosphera21.net.br/0-espiral.html>

Desse processo e do conhecimento de outras dinâmicas urbanas e ambientais da cidade nasceu a proposta inicialmente chamada de *Áreas de Especial Interesse Cultural e de Paisagem* (ou ainda *Áreas de Valorização da Paisagem Local e Regional - AVP*), apresentada nas plenárias do Plano Diretor em 2013, primeiro em sua fase de elaboração na Prefeitura. Ainda em 2013 houve uma mudança sutil em sua designação para *Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura*, como já aparece na Figura 2. Decorrido esse tempo de mais de sete anos, essa mudança de nome é em si irrelevante, mas é interessante aqui anotá-la por sua razão, não totalmente superada no momento em que escrevo (2021) por parte dos que chegam a se interessar pelo instrumento.

O termo “Cultural” foi substituído por *Cultura*, com sua colocação ao final da designação, com o objetivo de corrigir alguns entendimentos equivocados que surgiam nos debates. Basicamente, havia uma tendência a reduzir a significação da Paisagem à sua estética ou valor patrimonial, ao contrário da conceituação que era proposta e que explanamos resumidamente. Também porque a adjetivação “Cultural” parecia sugerir a muitas pessoas apenas o sentido mais estrito de ações de produção cultural, muitas vezes atrelada à captação de recursos. A questão desses termos não era relevante em si, mas por suas implicações, que colocam em movimento visões de mundo e práticas. A Cultura, entendida em conexão com a Paisagem, não pode abdicar de sua amplitude antropológica. Assim, os termos “Paisagem” e “Cultura” podem incluir, mas jamais limitar-se a esses entendimentos reducionistas quando se trata de um projeto urbano. Essa dificuldade ainda persiste para algumas pessoas no nome negociado para sua aprovação – *Território de Interesse da Cultura e da Paisagem*, reforçado por um outro aspecto que apresentaremos mais adiante.

A recepção pela proposta das AEIPC (atual TICP) ampliou-se de fato nos debates na Câmara, que trouxeram em 2014 o apoio e interação com o Movimento Belas Artes. O processo de sua construção foi assim peculiar e bastante próprio, na medida em que decorreu não de uma ação do poder público, mas como uma construção colaborativa de movimentos sociais de periferia com a Universidade e de movimentos culturais do centro expandido da cidade. Houve uma luta longa, de muitos debates e interações, até que fosse incluído no PDE de 2014. A proposta original que levamos estabelecia cinco ou sete AEIPC's - *Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura*, contemplando os quadrantes da cidade e o centro (Figura 2).

Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Jaraguá/Cantareira/Juqueri é caracterizado pelo conjunto ambiental e cultural formado pelos parques Jaraguá, Cantareira, Anhanguera, pela Fábrica de Cimento Portland de Perus, Ferrovia Perus-Pirapora, Sindicato Queixada, Aldeia Guarani no Parque Jaraguá, Estação de Trem Perus, Cemitério Dom Bosco, conectando pela bacia do ribeirão Perus desde o Juqueri até ao Pinheirinho d'Água e outros parques previstos ou existentes nas bacias do Perus e Cabuçu de Baixo, além das áreas de recuperação ambiental das pedreiras e do aterro Bandeirantes, as antigas cavas de ouro na região do Jaraguá, entre outros elementos de conectividade ambiental devendo-se fazer gestão para sua articulação com o Parque do Juqueri e seu conjunto histórico e paisagístico;

Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Oeste é demarcada por dois núcleos, um formado pelo conjunto que inclui do SESC Pompéia à Estação Ciência e tendal da Lapa, Lapa de Baixo e conjunto de galpões na região e o conjunto formado pela Casa do Bandeirante, Morro do Querosene e ateliês na região, a Universidade de São Paulo, o Instituto Butantã, o Parque Vila-Lobos e galpões da Cooperativa, incluindo o Parque Tecnológico Jaguaré previsto no PDE.

Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Billings/Guarapiranga caracteriza-se pelo interflúvio dos dois reservatórios, com importantes unidades de conservação pela função de abastecimento, importantes remanescentes que definem uma conectividade de paisagem na região além de testemunhos históricos como Parelheiros, Colônia, reservas indígenas e monumentos naturais como a Cratera de Colônia e de parques urbanos, além de programas de produção agroecológica.

Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Ferrovia/Centro é formada pelo conjunto de galpões e edifícios de interesse histórico ao longo das ferrovias, pela área central da cidade, pela Paulista até a Luz e pela região do Bras, Pari e trecho da Mooca com sua concentração a memória operária e a condição de bairros multifuncionais, podendo incluir o *Museu Paulista*, incluindo o sistema de espaços livres, instituições culturais e científicas, lugares de memória, conjuntos urbanos e o patrimônio cultural concentrado nessa região, seu patrimônio religioso e étnico, com especial atenção aos espaços trabalho e de moradia popular do presente e do passado, suas agremiações e associações.

Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Várzea do Tietê corresponde à APA do Tietê em seu trecho leste a montante da barragem da Penha, incluindo o parque ecológico do Tietê, áreas de várzea dos contribuintes do rio Tietê e o cinturão meândrico do rio Tietê, de inequívoco valor ecológico e de significação histórica na configuração da paisagem paulistana, correspondendo ao único trecho em sua configuração remete à condição natural desse importante constituinte da paisagem e da história paulistana, incluindo os assentamentos humanos na região do pantanal e integrado a equipamentos e patrimônio histórico na região de São Miguel e Itaim;

Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Carmo/Itaim é demarcada pelo conjunto de parques urbanos, áreas de proteção Ambiental e remanescentes vegetacionais na região sudoeste do município, em área de grande pressão por urbanização e nas imediações do Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento da Jacú-Pêssego, em setor da metrópole de carência de áreas verdes e de lazer;

espiral da sensibilidade e do conhecimento

labcidade-núcleo de estudos da paisagem

por uma universidade livre e colaborativa

espiral.fau.usp.br

Euler Sandeville
<http://facebook.com/sandeville>
arte.arq.br



Figura 2 - Esquema conceitual da proposta das Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura, apresentado em plenárias do PDE e na Câmara Municipal em 2013 e 2014. Nesta imagem, para apresentação em 2014. Concepção e organização Euler Sandeville Jr.

Vejamos então o sentido territorial claramente implicado na Figura 2, na escala dos distritos da cidade, embora sua configuração interna se dê a partir de escalas tanto locais como regionais. Essa questão é importante, em função da polissemia da palavra “território” (a exemplo de paisagem e de cultura, como já mencionamos). A palavra vem ganhando um sentido crescente de resistência, “território de resistência”, muito afeito às escalas identitárias, e ainda no PDE de 2014 vieram a ser incluídos os *Territórios CEU*, além de discussões sobre territórios educativos e culturais em escalas mais locais. A proposta do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem é justamente dialogar e interagir com essas diferentes escalas urbanas e existenciais na cidade e criar fluxos internos a cada TICP, e desses com demais TICP, gerando uma política pública colaborativa. É fundamental entender isso, para evitar que se perca a fluidez entre as diversas escalas urbanas, pois o TICP se configura tanto na escala territorial e da gestão do urbano como na escala territorial da experiência e do vivido, sem o que se desconfiguraria a potência do instrumento.

O instrumento foi pensado, desde a sua origem, e assim aprovado, em uma amplitude na escala dos distritos administrativos da cidade (as Figuras 4 e 5 voltam a explicitar essa questão) e dos valores locais, além das dinâmicas ecológicas que ultrapassam em muito ambas as escalas. Para atingir seus objetivos o TICP reconhece a necessidade de diálogos em múltiplas escalas e os demanda, como espero que se perceba por esta apresentação. Ora, o trânsito entre as escalas de entendimento e ação é um princípio básico dos estudos da paisagem e territoriais. Se apenas temos uma visão local, perdemos a compreensão das estruturas e processos que afetam inclusive a escala local e seus valores. Se apenas temos uma visão regional, perdemos a potência das diferentes expressões locais e suas interações, nem sempre contíguas, essenciais ao cotidiano da vida urbana e com enorme potência afetiva e criativa.

Na Figura 2, as áreas mais azuis indicam as menores vulnerabilidades sociais, enquanto as mais vermelhas, as situações mais graves de vulnerabilidade social da cidade. São questões sociais estruturais, que podem ser percebidas tanto na escala do urbano como de suas localidades, com consequências decisivas para a vida urbana. Sua distribuição nos extremos da cidade e a concentração das melhores condições correspondem à estrutura intraurbana, como a reconheceu Flávio Villaça (2001), vista aqui na escala municipal. Não é que não haja vulnerabilidade nessas áreas mais centrais, e não é que não haja geração de renda nas áreas mais periféricas, mas sua estrutura é extremamente desigual. São as áreas centrais que concentram cinemas, teatros, instituições científicas e culturais, museus, da mesma forma que concentram a infraestrutura mais consolidada, hospitais, serviços básicos e sedes administrativas do setor público e privado, bem como o emprego.

Em uma perspectiva colaborativa, era necessário reconhecer esses recursos, presentes em todos os quadrantes, como sendo pertencentes a toda a cidade, com sua história, ampliando o acesso de toda a população a eles. Daí porque, desde as primeiras propostas, sugeri como pilotos as AEIPC no vetor Centro/Centro-Oeste e nas periferias com maior vulnerabilidade a Leste, Noroeste e Sul como uma leitura de cidade e que pudesse ser promotora de intercâmbios e vivências na direção de potencializar a dimensão educativa da cidade a partir de sua experiência. Uma visão das regiões periféricas apenas por suas carências estruturais é por demais simplificadora e preconceituosa, e no mínimo desconhecadora da estrutura complexa da cidade e de suas potências, dos significados existenciais das periferias e da convergência com um rico patrimônio afetivo, histórico e ambiental. Há inúmeras iniciativas locais da maior importância cultural, projetos educativos

exemplares, que fazem emergir com forte vibração essas regiões, apesar da desigualdade estrutural que urge superar.

Há nessas regiões também um importante patrimônio de interesse para a escala da cidade e para a história da cidade e ainda como registro de sua memória. Essa história é incompreensível alijando-se a memória de seus moradores e a riqueza de paisagens assim geradas em resistência à precariedade da estrutura social. Esses são todos valores humanos, com suas gigantescas contradições, que precisam ser compreendidos em sua intensidade e em suas características, se não queremos ter uma visão idealizada ou distorcida da realidade. Com uma visão idealizada e irreal da cidade, seja de sua riqueza ou de sua desigualdade, não seremos capazes de transformá-la em uma direção que a potencialize para TODOS os seus cidadãos.

Com essas explicações, ainda que resumidas, creio ser possível entender melhor o conceito expresso na Figura 2. A proposta original previa um conjunto de Áreas-Piloto na cidade, previstas nos quadrantes Noroeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Nas propostas de 2013, havia cinco grandes conjuntos (ainda AEICP, depois AEIPC, chegando a sete, tendo sido aprovados apenas dois como TICP):

I - AEICP Jaraguá/Cantareira/Juqueri é caracterizada pela presença dos Parques Jaraguá, Cantareira, Anhanguera, pela Fábrica de Cimento Portland de Perus, Ferrovia Perus-Pirapora, Sindicato Queixada, Estação de Trem Perus, Cemitério Dom Bosco, conectando pela bacia do ribeirão Perus desde o Juqueri até ao Pinheirinho d'Água e outros parques previstos ou existentes nas bacias do Perus e Cabuçu de Baixo, além das áreas de recuperação ambiental das pedreiras e do aterro Bandeirantes, entre outros elementos de conectividade ambiental;

II - AEICP Carmo/Itaim é caracterizada pelo conjunto de parques urbanos, áreas de proteção Ambiental e remanescentes vegetacionais na região sudoeste do município, em área de grande pressão por urbanização e nas imediações do Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento da Jacú-Pêssego, em setor da metrópole de carência de áreas verdes e de lazer;

III - AEICP Várzea do Tietê é caracterizada pela APA do Tietê em seu trecho leste a montante da barragem da Penha, incluindo o parque ecológico do Tietê, áreas de várzea dos contribuintes do rio Tietê, o cinturão meândrico do rio Tietê correspondendo ao único trecho em sua configuração remete à condição natural desse importante constituinte da paisagem e da história paulistana, a Nitroquímica, Capela de São Miguel e outros bens de valor ecológico e de significação histórico na configuração da paisagem paulistana;

IV - AEICP Billings/Guarapiranga caracteriza-se pelo interflúvio dos dois reservatórios, com importantes unidades de conservação pela função de abastecimento, importantes remanescentes que definem uma conectividade de paisagem na região além de testemunhos históricos como Parelheiros, Colônia, reservas indígenas e monumentos naturais como a Cratera de Colônia e de parques urbanos;

V - AEICP Ferrovia/Centro é formada pelo conjunto de galpões e edifícios de interesse histórico ao longo das ferrovias, pela área central da cidade,

pela Luz, Centro e pela região do Bras, incluindo o sistema de espaços livres, instituições culturais e científicas, lugares de memória, conjuntos urbanos e o patrimônio cultural concentrado nessa região. (SANDEVILLE JR., 2013)

É importante perceber que, tanto na Figura 2 como na relação supracitada, as questões urbanas, de patrimônio histórico e natural estão integradas, tanto quanto o patrimônio imaterial e a própria dimensão histórica e de lutas e experiências na construção da cidade. Retomamos a ideia fundamental de solidariedade, não como a reducionista ideia de transferência de favores, mas como efetiva e sofisticada partilha de valores e histórias, de apercebermo-nos em diálogo criativo, ativo, de sermos corresponsáveis pelo nosso destino comum. O aspecto cooperativo coloca, assim, nessas áreas estrategicamente escolhidas, a possibilidade de trocas culturais e de saberes extremamente significativas, produção de conhecimentos, partilha de soluções, geração de renda, intercâmbios de conhecimentos, afetos, soluções, linguagens, que dão o sentido da cidade educativa não como um programa, mas como uma cidade vivida em sua potência, ainda que percebida também, mas não só em suas contradições a serem superadas.

Ditas essas coisas, é necessário ainda entender um outro aspecto igualmente fundador e essencial ao conceito dos *Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem* (Figura 3). Trata-se da questão ambiental, de sua dimensão ecológica, não apenas no sentido dos movimentos por preservação ambiental, mas sobretudo em seu sentido de conhecimentos científicos, sem desprezar sua potência estética, afetiva e educativa e, vendo tudo isso de maneira integrada, sua contribuição para a qualidade de vida, produção de conhecimento e geração de renda. Porém, a dimensão mais desvalorizada e não muito conhecida da questão ambiental decorre de fatores culturais arraigados e da dificuldade formativa de acesso a esses conhecimentos entrelaçada com essa condição cultural, política e econômica de nossa concepção do espaço comum, levando a uma compreensão inadequada e insuficiente de suas dinâmicas naturais e, portanto, de suas funções, potências e das implicações para a gestão da paisagem.

Seria necessária então uma apropriação mais *orgânica* e *enraizada* socialmente desses conceitos em sua perspectiva aplicada ao planejamento da paisagem, como biodiversidade, muito além da diversidade de espécies, conservação biológica e ecologia da paisagem. A questão e o desafio não se resumem apenas a parques e unidades de conservação, embora sejam essas figuras compensatórias estratégicas

para a conservação ecológica de funções, dinâmicas e fisionomias das paisagens. Assim, a proposta da AEIPC ou TICP decorre integralmente de diálogos interdisciplinares e de suas perspectivas transdisciplinares! Ora, são esses conceitos e sua leitura no território metropolitano, de cujos processos, nesse caso, dependem seus valores no território municipal, que estão na base da proposição das *Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura*, transformadas nos *Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem*. A conservação ambiental e dos recursos naturais exige o entendimento de processos e dinâmicas naturais que se realizam apenas em escalas territoriais muito mais abrangentes. Isso coloca dificuldades crescentes em função da fragmentação desses processos pelas dinâmicas antrópicas, inclusive com consequências conhecidas e múltiplas para a qualidade da vida humana, para sua potencialidade social, em não poucos casos para a própria existência humana.

A Figura 3, adiante, procura mostrar de modo bastante esquemático e didático a correlação entre as estruturas social, urbana e ambiental, que são, na verdade, uma mesma coisa que dividimos para efeito de nossa comunicação e aprofundamento crítico e cognitivo. Essa integridade do ambiente demanda ser vista, com o agravante de que as políticas de uso e ocupação da terra estão restritas à escala administrativa e jurídica dos municípios e são tênues e instáveis os esforços de visão integrada na interação óbvia entre eles, mesmo ao nível do uso da terra. Ainda assim, a convergência dessas áreas no município de interesse para dinâmicas metropolitanas é por demais evidente e necessita ser considerada integralmente em qualquer projeto ou programa, inclusive na legislação urbana municipal, que tem avançado um pouco nessa compreensão, mas quase nada em suas práticas e políticas. A essas escalas somam-se os recursos propriamente regionais e locais no município, onde o uso da terra, em escala regional, gera graves disfunções ambientais. Inversamente, as escalas de detalhe poderiam contribuir para os processos ambientais que se realizam nas escalas mais amplas, com grandes ganhos para a qualidade de vida e oportunidades locais.



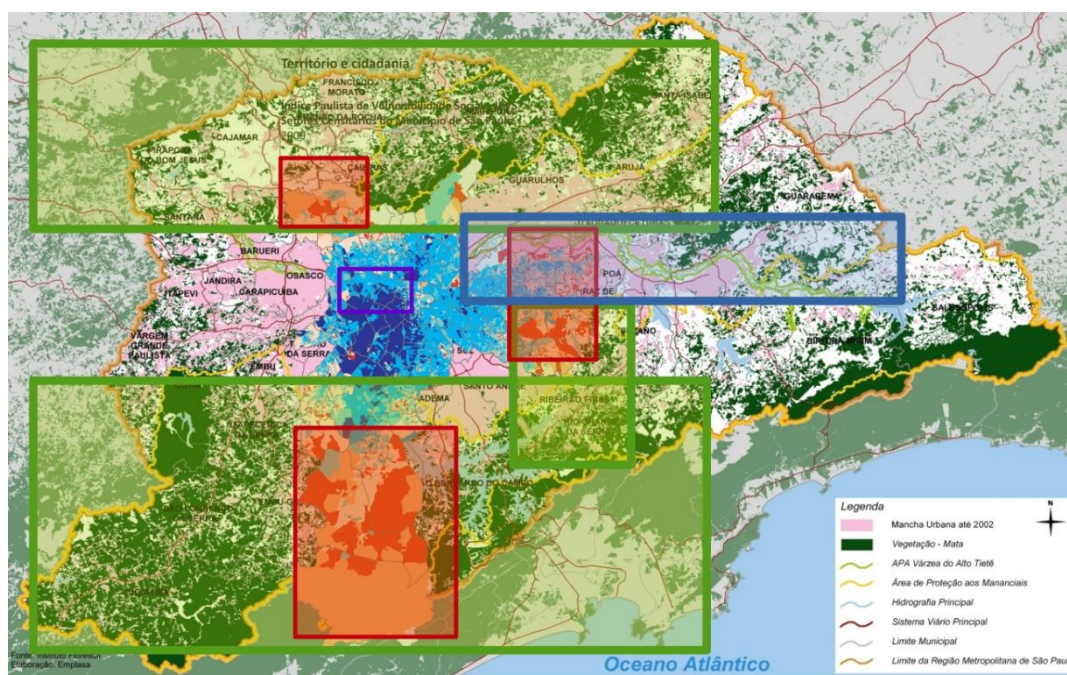


Figura 3 - Esquema conceitual da concepção ambiental das Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura (depois TICPs) propostas, mostrando sua importância para a conectividade regional na escala metropolitana e da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, na fronteira com as áreas densamente Urbanizadas e de alta vulnerabilidade social.

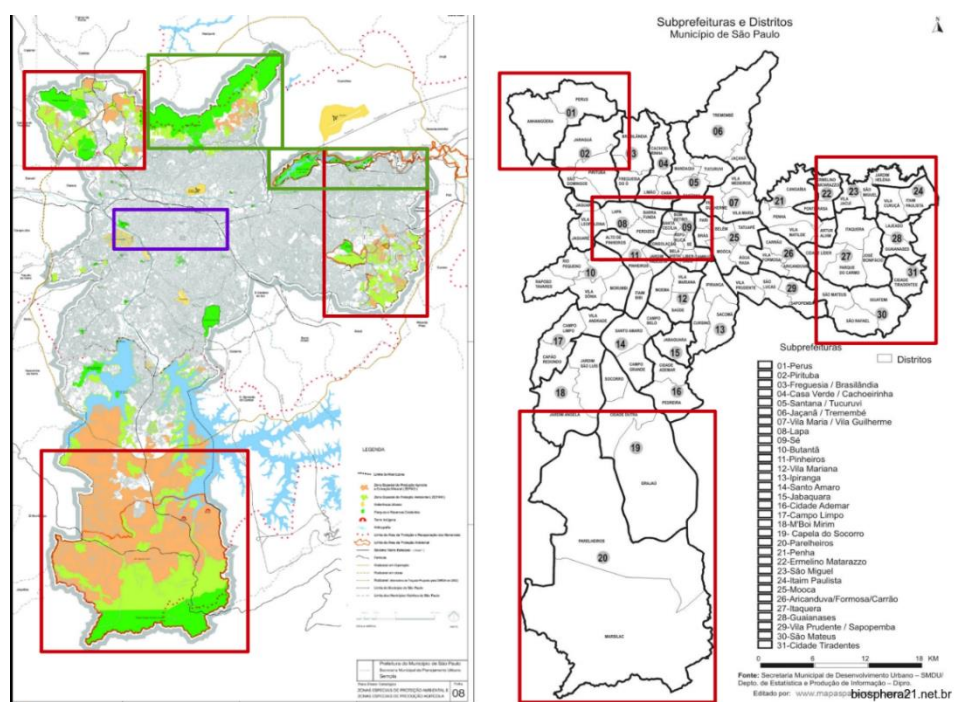


Figura 4 - Correlação das Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura (depois TICPs) propostas na escala urbana com as unidades administrativas a nível de distrito.¹⁴⁶Organização Euler Sandeville Jr.

¹⁴⁶ Para o TICP Jaraguá Perus, aprovado no Plano Diretor de 2014, estamos desenvolvendo processos colaborativos de construção de conhecimentos e solução de problemas na escala prevista, definida como os distritos de Jaraguá, Anhanguera e Perus.

A Figura 5, a seguir, mostra um *banner* elaborado em 2014 nas atividades da Universidade Livre e Colaborativa para a discussão com a população e em escolas. O *banner* evidencia esse esquema conceitual do TICP tal como o desenvolvemos no Território Jaraguá-Perus, um dos dois Territórios aprovados na ocasião da Lei do Plano Diretor. Esse material gráfico apresentava o conceito do instrumento aprovado, uma linha de tempo da história da região, imagens de valor afetivo, com destaque para seu rico patrimônio material e imaterial, o conceito ambiental de uma rede de conexão ecológica e sugestões de programas sobre essa complexidade, voltados para a geração de renda e formação.

A Figura 6 mostra outro *banner*, em que o coletivo Quilombaque aplicou esses conceitos e estratégias no desenvolvimento de uma proposta original de um Museu Territorial Tekoa Jopo'i (GARCIA, 2018; IMS, 2020). Esse projeto comunitário tem atraído grande interesse nas discussões museológicas e de Turismo de Base Comunitária, gerando renda local e formação.



Figura 5 - *Banner* elaborado em 2014 no programa Universidade Livre e Colaborativa para apresentação e discussão com a população do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá Perus.



Figura 6 - Banner de apresentação do Museu Territorial Tekoa Jopo'i, concebido pela Comunidade Cultural Quilombaque a partir do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá Perus.

Como esses, inúmeros outros projetos são desenvolvidos na região pelas comunidades e seus coletivos, em parceria com a Universidade e outras instituições, com a recuperação de espaços públicos, formação de coletivos de cultura, além de sua incorporação no Plano Político Pedagógico de muitas escolas, projetos de inventário do patrimônio cultural, de salvaguarda de acervos de memória, de pesquisas socioambientais das condições de vida da população mais vulnerável, projetos integrando educação e saúde, projetos de inventário das condições ambientais e dinâmicas urbanas, envio formal de contribuições nos processos participativos do poder público¹⁴⁷ a partir de uma leitura do território e da paisagem, nos quais esses coletivos e universidades (inclusive estrangeiras) ou outras instituições públicas e privadas interagem a partir do conceito do TICP Jaraguá-Perus-Anhanguera.

¹⁴⁷ Uma série de informações sobre o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem e do TICP Jaraguá Perus está disponível em <http://biosphera21.net.br/5-TICP.html>

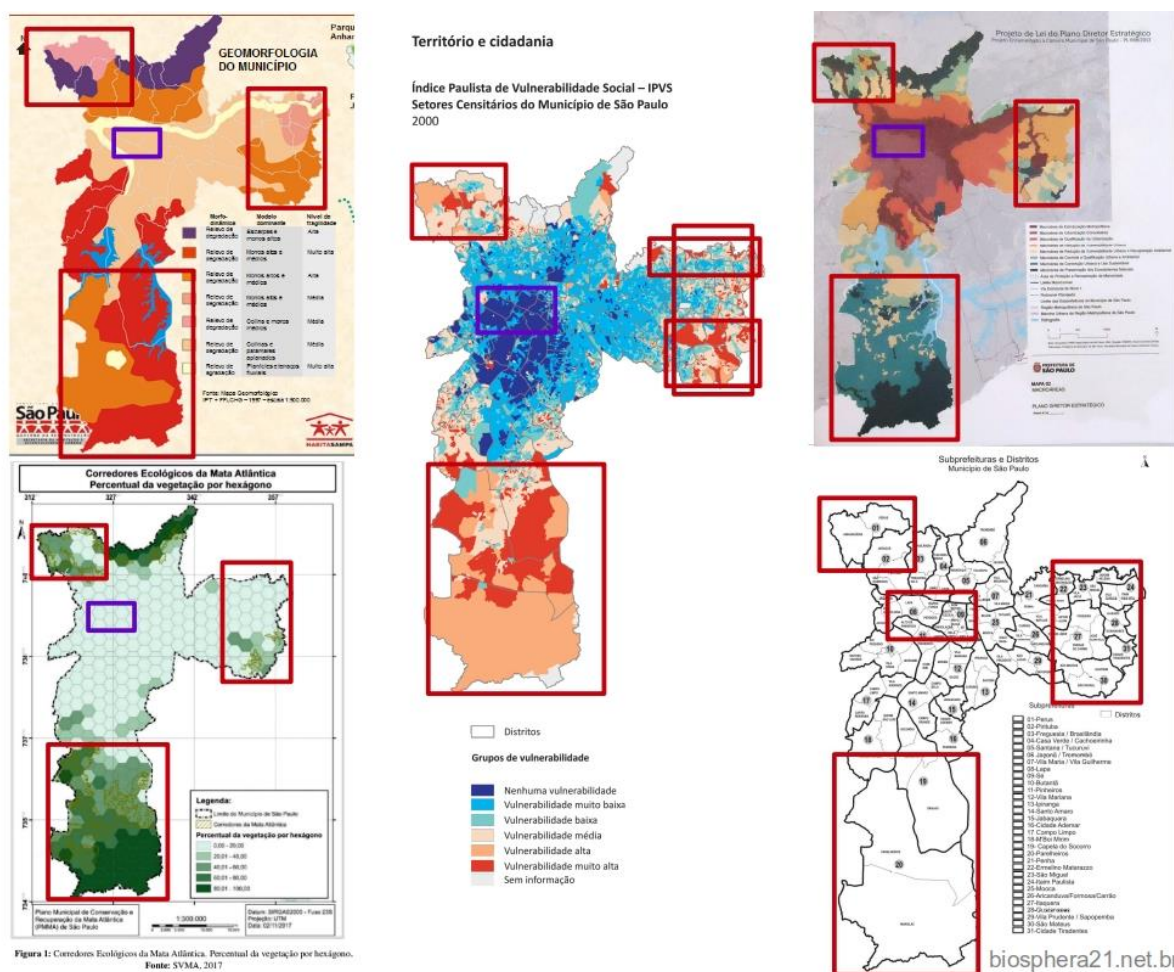


Figura 7 - Esquema Conceitual das Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura (depois TICP), mostrando a correlação entre os TICPs propostos, a vulnerabilidade social, a concentração de instituições de ensino, pesquisa e cultura, as configurações geomorfológicas, os remanescentes de vegetação nativa no município, os distritos administrativos e os eixos de desenvolvimento. Organização Euler Sandeville Jr.

A Figura 7 nos oferece a síntese de todos esses aspectos que foram levados em conta na proposição das *Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura*. Com isso está quase completo, ainda que resumidamente, o quadro conceitual e prático em que se engendrou a criação dos *Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem* no Plano Diretor de 2014. Esse projeto, concebido e posto em prática na forja da cidade e no diálogo entre universidade, movimentos, ativistas e moradores, foi finalmente aprovado no Plano Diretor com o nome de *Território de Interesse da Cultura e da Paisagem*, com modificações e truncagens em sua abrangência que são importantes, mas que ainda assim preservaram a ideia original¹⁴⁸. O *Território de Interesse da Cultura e da Paisagem* veio a ser incluído no PDE, no *Título III da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais, Capítulo IX da Política*

¹⁴⁸ Uma documentação parcial, mas significativa, de sua proposição no processo de elaboração e aprovação do Plano Diretor e um relato do processo de sua aprovação em <http://biosphera21.net.br/5-TICP.html>

e do Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano. Contudo, foram acolhidos no Plano Diretor apenas dois: o Jaraguá-Perus e o Paulista-Luz.

Configura-se assim um efetivo instrumento urbanístico de desenvolvimento local e regional e de políticas públicas participativas. É preciso destacar que não se trata de uma ideia que se pretende bonita ou uma idealização como fim em si, em sua formalidade institucional, nem se pretende que seja um instrumento urbanístico em si complicado por regras sem fim. Trata-se de uma beleza e consistência fundadas na cooperação e no desenvolvimento distributivo que emergem – e devem continuar emergindo para ter validade – do diálogo na prática, no vivido, no processo afetivo e cognitivo. O desafio não é a ilusão de ser isento de tensões, mas sim de construir processos públicos colaborativos e solidários, efetivos, praticados. Por essa razão, mesmo sem um diálogo efetivo até o momento com as instâncias públicas, já apresenta uma série de resultados e processos bastante concretos, como os mencionados em parágrafos anteriores. Não é a lei que cria o TICP, nem a tutela de qualquer poder, é a experiência viva da cidade que o faz, e o coloca como possibilidade na lei.

Precisamos passar de uma ideia de autonomia individualista ou de nicho para a ideia de cooperação. Reconhecer que, desejemos ou não, saibamos ou não, existimos e nos significamos entre outros, processo em que nos constituímos como pessoas e definimos na prática nossos valores. A paisagem é um espaço comum, e toda a nossa existência se realiza em um espaço comum, embora com os problemas que mesmo a um olhar distraído deveriam ser óbvios. O que faz pensar que, sendo tão perceptíveis nossas contradições e potências, não as enfrentar de modo criativo e com outros valores sociais é um problema ético e afetivo. As paisagens não são um presente raso, mas uma longa elaboração de gerações que nos precederam, com suas contradições, sonhos, esperanças, ambições, nas quais nos inserimos e nos qualificamos entre outros. Nossas decisões nos definem, e contribuem para definir nosso destino comum, ampliar as possibilidades e potências; ou negá-las.

Estudar a paisagem é, nesse entendimento, estabelecer uma discussão da cultura, de implicações políticas, ou não a perceber como paisagem. Sociedades organizam o território em função de suas necessidades e valores, definindo suas condições de existência. Discutir a paisagem é discutir como nos vimos, como nos vemos, como gostaríamos de ser vistos. É reconhecer, antecipadamente, como seremos vistos como sociedade.



Nesse sentido, por vezes a paisagem incomoda (e muito): evidencia nossas práticas para além dos discursos que a camuflam, questiona valores correntes, aponta para um desejo possível de mudança – o que nos proporciona alguma esperança e faz brotar um sentimento de urgência. (SANDEVILLE JR., 2005)

Não basta ver o problema ou a potência na perspectiva do presente e de sua configuração. Caminhos de superação existem e estão ao nosso alcance. *Bora lá inventá-los.*

Referências

DEBORD, Guy-E. Informe sobre la construcción de situaciones y sobre las condiciones de la organización y la acción de la tendencia situacionista internacional (documento fundacional, Cosío d'Arroscia, 1957). In: **Internacional Situacionista**. Textos íntegros en castellano de la revista internationale Situationniste (1958-1968). Vol. 1. Tradução Luis Navarro. Madrid: Literatura Gris, p. 205-220, 1999.

GARCIA, Cecília. Museu territorial transforma bairro Perus em um território educativo. **Portal Aprendiz**. 19 dez. 2018 Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/12/19/museu-territorial-transforma-bairro-perus-em-um-territorio-educativo/>>.

GODOY BUENO, Flávia Assumpção de. **O modo de vida Guarani e suas múltiplas paisagens no Jaraguá, São Paulo - SP**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://biosphera21.net.br/ARQUIVOS/TICP-JP/1-JARAGUA/JARAGUA/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20Fl%C3%A1via%20Bueno%20-%20Revisado.pdf>>.

IMS - Instituto Moreira Salles. Comunidade Cultural Quilombaque - Da sevirologia à construção de um território educador. **Programa Convida**. 18 nov. 2020. Disponível em: <<https://ims.com.br/convida/comunidade-cultural-quilombaque/>>.

KROPOTKIN, P. **La conquista del pan**. Tradução Léon-Ignacio. EBooksBrasil, 2006.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, espaços, paisagem. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, ns. 1 e 2, p. 57-64, 1994.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

PINTO, João Breno. A descoberta da não violência. In: JESUS, Mário Carvalho de. **Cimento Perus**. 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal. São Paulo: JMJ, 1992.

SANDEVILLE JR., Euler. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. **Paisagens em Debate**, n. 2, 2004.

_____. Paisagem. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, n. 20, p. 47-60, 2005.

_____. **Paisagens partilhadas**. Tese (Livre-Docência), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Paisagens partilhadas. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, n. 30, p. 203-214, 2012. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i30p203-214>>.

_____. Proposta de revisão do PDE em seu conjunto apresentada em setembro de 2013. 2013. Disponível em: <<http://biosphera21.net.br/E-PROJETOS/PLANODIRETOR-CONTRIBUICOES/2013-pde-Plano%20e%20Modifica%C3%A7%C3%B5es-2-FASE1.pdf>>.

_____; MANFRÉ, Eliane. **Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano**. São Paulo: Observatório das Metrópoles, 2014.

_____; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. Universidade livre e colaborativa em Perus: uma experiência didático-pedagógica de aprendizagem colaborativa. In: MULLER, Luis; MARTINS, Maria Lucia Refinetti (Org.). **Arquitectura y calidad socioambiental en ciudades del Cono Sur**. Arquitetura e qualidade socioambiental nas cidades do Cone Sul. São Paulo; Buenos Aires: FAU USP (Brasil) e FADU UNL (Argentina), p. 135-147, 2016.



_____. Aprendizagem em ação: por pedagogias participantes e criativas na paisagem e no ambiente. Por um cotidiano criativo. **Núcleo de Estudos da Paisagem** [on line], 2017.

_____. Programa Universidade Livre e Colaborativa: processos colaborativos de construção do conhecimento e aprendizagem em ação (2003-2012; 2012-2015). **Núcleo de Estudos da Paisagem** [on line], 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001.

Videoconferências

Maribel Domènech. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gyuerlJeSql>>. 3:12 a 1: 35:24.

Sergio Bairon. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KzeEWUta7Uk>>. 1: 38:21 a 2: 17:11.

Marília Xavier Cury. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gyuerlJeSql>>. 2:18:47 a 3:06:34.

Bia Goulart. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1BqNvsPOlyg>>. 1:09:20.

Zilda Iokoi. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KzeEWUta7Uk>>. 2:17:52 a 2:50:50.

